CARTÓRIO DO REG. O VIL DAS PESSOAS JUDÍO ES Comarca do Mais de São João Bahia

ASSOCIAÇÃO

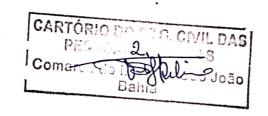


ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO.DOS MORADORS UNIDOS VENCEREMOS DO BAIRRO DO BAIXIO - UNIVE

Data da fundação: 11 de Setembro de 2011.

Capítulo I DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

- Art. 1º A Associação de moradores Unidos Venceremos do Bairro do Baixio (UNIVE) do Município de Mata de São João Bahia, é pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade civil de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.
- Art. 2º A Associação tem sede e foro na Cidade de Mata de São João, Estado da Bahia, Rua Guatemala, nº 18, Bairro Baixio.
 - Art. 3º A Associação tem por finalidades:
 - I. Promover atividades culturais, esportivas e recreativas aos seus associados;
 - II. Promover, dentre seus associados, o estreitamento de relações, segundo o espírito de corporação social;
 - III. Manter sede social dentro de suas possibilidades econômicas;
 - IV. Assistir, representar e defender os interesses jurídicos e sociais da entidade e de seus associados, na forma deste estatuto;
 - V. Promover Ação Civil Pública no que tange a atos contra o meio ambiente; VI. Criar comissões de estudo, que forneçam subsídios de propostas a projetos e políticas de seu interesse e da comunidade, apresentando-as a empresas, entidades, instituições, Universidades e Autoridades Federais, Estaduais e à Administração Pública Municipal; VII. Promover e fomentar o intercâmbio entre os associados e a sociedade civil;
 - VIII. Manter intercâmbio com outras Associações, que levem à melhoria de seu desenvolvimento.
 - IX. Promover o desenvolvimento socioeconômico dos seus associados.
 - Art. 4º Na consecução de tais objetivos a UNIVE poderá efetivar trabalhos de atendimento, ensino pesquisa e publicações, bem como participar na formação de pessoal técnico relacionados com seus fins.
- Art. 5º A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominados departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos.
- Art. 6º A Associação poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgão ou entidades, públicas ou privadas.
 - Art. 7º O prazo de duração é indeterminado.



Capítulo II DO PATRIMÔNIO, SUA CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO

Art. 8º O patrimônio da Associação Unidos Venceremos do Bairro Baixio do Município de Mata de São João - Bahia será composto de :

a) dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos Públicos da Administração direta e indireta;

b) auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou

c) doações ou legados;

- d) produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas
- e) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

f) rendas em seu favor constituídas por terceiros;

g) rendimentos decorrentes de títulos ações ou papéis financeiros de sua propriedade;

h) usufruto que lhes forem conferidos;

i) juros bancários e outras receitas de capital;

j) valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;

l) contribuição de seus associados.

Parágrafo único. A renda da Associação somente poderá ser utilizada para a manutenção de seus objetivos.

Capítulo III DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 9º A Associação tem como órgãos deliberativos e administrativos a Assembléia Geral, A Diretoria e o Conselho Fiscal.
- Art. 10º A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade será constituída por todos os sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 11º - São atribuições da Assembléia Geral:

I. eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;

II. elaborar e aprovar o Regimento Interno da (sigla da associação);

III. deliberar sobre o orçamento anual e sobre o programa de trabalho elaborado pela Diretoria, ouvido previamente quanto àquele, o Conselho Fiscal;

IV. examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;

V. deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;

VI. decidir sobre a reforma do presente Estatuto;



VII. deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Associação:

VIII. autorizar a celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;

IX. decidir sobre a extinção da Associação e o destino do patrimônio.

Art. 12º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente na primeira quinzena de janeiro de cada ano, quando convocada pelo seu presidente, por seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros, para:

a) tomar conhecimento da dotação orçamentária e planejamento de atividades para a Associação;

b) deliberar sobre o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado.

Art. 13º - A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

I - por seu Presidente;

II - pela Diretoria;

III - pelo Conselho Fiscal;

IV - por 1/3 de seus membros.

Art. 14º - A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital, com pauta dos assuntos a serem tratados, a ser fixado na sede da entidade, com antecedência mínima de oito (8) dias e correspondência pessoal contra recibo aos integrantes dos órgãos de administração da Associação.

§ 1º As reuniões ordinárias instalar-se-ão em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços (2/3) dos integrantes da Assembléia Geral e em segunda convocação, trinta (30)

minutos após, com qualquer número de presentes.

§ 2º As reuniões extraordinárias instalar-se-ão, em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos integrantes da Assembléia Geral e, em segunda convocação, trinta (30) minutos após, com maioria absoluta dos integrantes do referido órgão.

§– Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal estão impedidos de participar de votação referente aos seus atos.

Art. 15º - A Diretoria é composta de:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Secretário:

IV- Diretor Financeiro

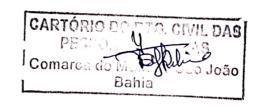
V- Diretor de Relações públicas e Jurídico;

VI- Diretor de Esportes e

VII-Diretor de Patrimônio.

Parágrafo único. O mandado dos integrantes da Diretoria será de três (03) anos, sendo permitido apenas uma recandidatura para reeleição.

Art. 16º - Ocorrendo vaga entre os integrantes da Diretoria, a Assembléia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.



Art. 16º - Ocorrendo vaga entre os integrantes da Diretoria, a Assembléia Geral se reunirá no prazo máximo de trinta dias após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 17º - Compete à Diretoria:

I - elaborar e executar o programa anual de atividades;

II-elaborar e apresentar a Assembléia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;

III- elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;

IV- elaborar os regimentos internos da e de seus departamentos;

V- entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum

Art. 18º - Compete ao Presidente:

I- representar a Associação judicial e extrajudicialmente;

II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os demais regimentos internos;

III-convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV-dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação;

V- assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da Associação.

Art. 190 - Compete ao Vice-Presidente, na ausência:

I- representar a Associação judicial e extrajudicialmente;

II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os demais regimentos internos;

III-convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV-dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação;

V- assinar quaisquer documentos relativos às operações ativas da Associação.

Art. 20º - Compete ao Secretário:

I- secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;

II- cadastrar os estudantes carentes que procurarem a UNIVE, para fins de estudo do caso e possível prestação de ajuda;

III- manter organizada a secretaria, com os respectivos livros e correspondências.

Art. 21º - Compete ao Diretor Financeiro:

I- arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;

II- efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;

III- acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;

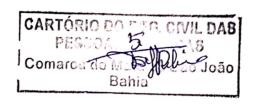
V- apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;

VI- apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;

VII- publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII- elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembléia Geral;

IX- manter todo o numerário em estabelecido de crédito;



X- conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria; XI- assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação.

Artigo 22º – São atribuições do Diretor Jurídico:

I- promover junto ao Corpo Jurídico contratado, as gestões devidas, para a defesa dos interesses da Instituição, bem como gestões para a defesa dos interesses diversos dos associados e de seus dependentes, de acordo com os contratos estabelecidos e as normas vigentes.

II- presidir, pelo menos uma vez por mês, as reuniões de seu setor.

Art. 23º – São atribuições do Diretor Esportivo:

I- atualizar, mensalmente, a relação de sócios existentes até o último dia do mês anterior, pela categoria a que pertencem;

II- elaborar e superintender a execução de planos para atividades esportivas da associação;

III- representar a associação junto às Entidades Esportivas, na ausência ou impedimento do Presidente:

IV- organizar programas de competições e festas esportivas, inclusive torneios infantis e juvenis, destinados aos associados e seus familiares;

V- propor horários de funcionamento das diversas sessões esportivas;

VI- assinar com o Presidente, as correspondências de natureza esportiva;

VII- fiscalizar a aplicação das verbas destinadas ao setor esportivo;

VIII- designar sócios que estejam em condições de auxiliar na difusão, orientação e direção das várias seções esportivas, bem como indicar técnicos para as mesmas;

IX- opinar sobre a filiação da Associação a Entidades Esportivas e sua participação em torneios e campeonatos;

X- apresentar à diretoria, anualmente, relatório das atividades esportivas da Associação;

XI- presidir, pelo menos uma vez por mês, as reuniões de seu setor.

Art. 24º – Compete ao Diretor de Patrimônio:

I- zelar pela conservação dos bens móveis e imóveis da Associação;

II- efetuar compras sob a supervisão do Presidente, mediante concorrência, com exceção àquelas de mera administração;

III- levantar e manter atualizado o cadastro de todos os bens da Associação; IV- cuidar do embelezamento e da melhoria dos imóveis, campos esportivos e jardins;

V- elaborar planos de reforma e fiscalizar as obras autorizadas.

Art. 25º - Compete ao Diretor de Relações Públicas:

I- organizar reuniões e festas sociais, espetáculos artísticos e eventos culturais.

II- Superintender a execução do plano fixado pela Diretoria, para as atividades sociais e culturais;

III- supervisionar o espaço festivo e sede social:



- IV- sugerir à Diretoria, nomes de sócios que estejam em condições de exercer funções auxiliares:
- V- representar a Associação em festas e solenidades, quando a elas não puder comparecer o Presidente em exercício, incluindo as de caráter esportivo;
- Art. 26º Ocorrendo vaga em qualquer cargo do titular do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para qual foi eleito.
- Art. 27º O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, todos associados, eleitos por Assembléia Geral Extraordinária, no exercício social, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, para o período imediato, de apenas 1/3 (um terço) dos integrantes.
- \S 1º Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter entre si laços de parentesco até 2º grau em qualquer linha.
- Art. 28º Compete ao Conselho Fiscal:
- I- examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- II- examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III- apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- IV- opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação.
- Parágrafo único. O Conselho Fiscal reunir-se-á a cada seis (6) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 29º Os sócios e dirigentes da Associação Unidos Venceremos do Bairro Baixio do Município de Mata de São João Bahia, não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.
- Art. 30º A Associação Unidos Venceremos do Bairro Baixio do Município de Mata de São João Bahia é composta por número ilimitado de sócios, distribuídos em categorias de fundadores, benfeitores, honorários e contribuintes.

Parágrafo único. A primeira Assembléia Geral da UNIVE composta por seus fundadores designará comissão para elaborar regimento que conste para se associar à mesma, bem como das categorias, deveres e obrigações dos sócios.

Art. 31º - A Diretoria e o Conselho Fiscal elegerão seus presidentes na primeira reunião subsequente à escolha dos mesmos.



- Art. 32º Os cargos dos órgãos de administração da Associação não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus integrantes o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.
- Art. 33º Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.
- Art. 34º O quorum de deliberação será de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:
- a) alteração do Estatuto;
- b) alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;
- c) aprovação de tomada de empréstimos financeiros de valores superiores a cem (100) salários mínimos;
- d) extinção da Associação.
- Art. 35º Decidida a extinção da Associação, seu patrimônio, após satisfeitas as obrigações assumidas, será incorporado ao de outra Associação congênere, a critério da Assembléia Geral.
- Art. 36º O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil.
- Art. 37º O orçamento da UNIVE será uno, anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, sub-órgão, projeto ou programa de trabalho.
- Art. 38º- Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de **Mata de São João**, para sanar possíveis dúvidas.

Mata de São João(BA), 11 de setembro de 2011.

Presidente

CLAUDIONICE DANTAS SANTOS

CINº 0489303340

Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
Comarca de Mata de São João-Rahia

CERTIFICA dou 16 Que a Auso
COMARCA DOU 16 QUE a Auso
Rais no 16 Togo Porto Port